



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

18. ENTREVISTAS

RIO DE JANEIRO, GB, 22 DE MARÇO

AOS JORNALISTAS NACIONAIS E ESTRAN-
GEIROS, AO ABRIR AS COMEMORAÇÕES DO
2º ANIVERSARIO DA REVOLUÇÃO, NO PALACIO
DAS LARANJEIRAS.

Seguem-se, na ordem em que foram respondidas, as perguntas apresentadas;

Pergunta («Jornal do Comércio» — Rio) — Poderia dar alguma informação sôbre o andamento do inquérito do Ministério da Justiça sôbre a Imprensa? Estaria ainda em comêço ou em vias de conclusão?

Resposta — Ao responder esta pergunta, desejo relembrar que o inquérito a que ela se refere foi provocado por denúncias reiteradas de jornais e jornalistas. A natureza e a amplitude dessas denúncias impuseram à Comissão encarregada da investigação uma tarefa extremamente delicada e complexa. Não poderia ela ater-se a um ou a alguns poucos órgãos da imprensa e da rádiodifusão, para não dar aparência de parcialidade e discriminação.

Decidiu, por isto, realizar um estudo amplo e profundo dos múltiplos aspectos que a questão oferece. Assim, a Comissão — constituída de três homens acima de qualquer suspeita — se viu a braços com um encargo mais complexo e difícil do que inicialmente seria dado imaginar, abrangendo diversas regiões do País. Está trabalhando com discrição e prudência, para se não deixar iludir, nem com aparências falsas, nem com acusações infundadas. Para não servir de instrumento a interêsses de qualquer espécie.

Não há razões nem motivos objetivos, para que sua atuação seja temida ou encarada com desconfiança e prevenção. Pelo vulto

e extensão do trabalho que lhe foi cometido, a comissão ainda se encontra distante de sua conclusão. Anote-se que ela não tem por finalidade específica propor punições ou castigos, mas sim esclarecer o Govêrno a respeito de questão de importância evidente, propondo-lhe medidas administrativas e providências legais que, sem ferir direitos legítimos, defenda, do mesmo passo, os superiores e impessoais interesses da Nação. Desejo que em breve termine o seu trabalho.

Pergunta («ANSA» — Itália) — O que pensa o Senhor Presidente da Conferência Tricontinental de Havana? Acredita que os resultados da mesma conferência podem levar a uma intensificação da ação comunista no continente sul-americano?

Resposta — A Conferência dita Tricontinental, que se reuniu em Havana, representa desafio direto à segurança e à paz do continente americano. Constitui, ao mesmo tempo, uma intromissão e mesmo uma intervenção indisfarçável nos nossos negócios internos, tanto mais surpreendente quanto dirigida por potências que, nas Nações Unidas, têm pretendido defender o princípio da não-intervenção. Das resoluções de Havana se desprende um sôpro de violência revolucionária, tendente à vietnamização de tôda a América Latina, razão pela qual o Govêrno do Brasil está atento à nova estratégia global comunista ali esboçada e às medidas para combatê-la.

Pergunta («ANSA» — Itália) — O Brasil ainda considera que a O.E.A. deva pôr em plena execução um mecanismo de ação coletiva para enfrentar casos de emergência?

Resposta — O Brasil, embora esteja participando da FIP, não tomou até agora nenhuma iniciativa no sentido de que seja criado um mecanismo de ação coletiva para enfrentar casos de emergência, além do mecanismo já previsto na própria Carta da O.E.A. Assim, a pergunta se «ainda considera...», não me parece pertinente. O Brasil, por outro lado, não vê inconveniente em que a matéria seja examinada, no momento oportuno e no fóro apropriado.

Pergunta («Associated Press») — Que papel, na opinião de Vossa Excelência, deve o Brasil desempenhar na criação de um verdadeiro Mercado Comum Latino-Americano?

Resposta — O Brasil tem desempenhado papel importante na criação de um Mercado Comum Latino-Americano. Estêve presente e atuante nas primeiras iniciativas em favor da integração econômica nesta área, que culminaram com a assinatura do Tratado de Montevidéu e a conseqüente criação da ALALC. Nessa Associação acha-se o núcleo básico para a criação de um Mercado Comum na América Latina, por ser justamente êsse o objetivo final do processo de integração econômica desencadeado pelo Tratado de Montevidéu. Com êsse objetivo em vista e em cumprimento do próprio Artigo 54 do Tratado, que estabelece que os países-membros «devem empenhar seus máximos esforços na criação de condições favoráveis ao estabelecimento de um Mercado Comum», o Brasil tem-se batido na ALALC em favor da harmonização dos instrumentos de política comercial com países-membros e, mais recentemente, na Reunião de Ministros das Relações Exteriores, realizada em novembro último, em Montevidéu, propôs a adoção de um sistema linear e automático de liberação comercial. Tais iniciativas, entre outras mais, bem demonstram nosso interesse pelo estabelecimento de um verdadeiro Mercado Comum na América Latina, o qual, dadas as condições dominantes na área, só poderá ser alcançado de forma gradual e progressiva.

Pergunta («Associated Press») — Está Vossa Excelência satisfeito com os resultados do programa de estabilidade econômica do Govêrno ?

Resposta — A resposta é afirmativa. Ao aceitar um programa gradualista e não um tratamento de choque no combate à inflação, sabia perfeitamente o Govêrno que a estabilidade econômica não seria conseguida em prazo curto, mas sim através de um trabalho lento e persistente. Foram assim evitados os durísimos sacrifícios que o tratamento do choque teria imposto à população. Os resultados do programa de estabilização que o Govêrno vem executando são todavia evidentes: redução do *deficit* orçamentário, saldo no balanço de pagamentos, disciplina salarial e, acima de tudo, diminuição da taxa de inflação, que, embora ainda elevada, é muito inferior à acusada no período imediatamente anterior à Revolução.

Pergunta («Rádio Jornal do Brasil» — Rio) — Acredita que, com a política econômico-financeira do Govêrno, dentro de 5 anos a situação do Brasil seja melhor?

Resposta — Não há dúvida de que acredito na melhoria da situação futura do Brasil em consequência da política econômico-financeira executada pelo meu Govêrno, pois, se assim não fôsse, não teria adotado essa política. O Govêrno não procura estabilizar a moeda, equilibrar o orçamento e disciplinar o crédito por amor a concepções puramente teóricas. Se assim vem agindo, é porque acredita que essas medidas são essenciais para alcançar o objetivo que tem em vista, isto é, o desenvolvimento equilibrado da economia nacional, capaz de possibilitar um aumento do produto nacional e sua eqüitativa distribuição pela população.

Pergunta («Jornal do Comércio» — Rio) — Qual a razão da demora do Govêrno em realizar a reforma administrativa? Estaria a matéria sofrendo dificuldades de tramitação em virtude da ação do funcionalismo público ou do próprio DASP?

Resposta — O Projeto da Reforma Administrativa não foi ainda enviado ao Congresso Nacional, dadas a natural complexidade do assunto e as numerosas áreas da Administração Pública afetadas pela Reforma. A Comissão de Técnicos instituída pelo Govêrno apresentou o seu trabalho, o qual foi distribuído aos Ministros de Estado. De outro lado, os dirigentes dos mais importantes órgãos da Administração Federal já tiveram ocasião de se reunir a fim de tomar conhecimento do anteprojeto e debater os seus principais aspectos. As inúmeras críticas e sugestões recebidas permitirão a revisão do anteprojeto, sua aprovação pelo Ministério e encaminhamento ao Congresso Nacional. Desejo ainda salientar que alguns dos principais aspectos da Reforma Administrativa tais como o planejamento a longo prazo da ação governamental, a técnica do Orçamento-Programa e a programação financeira já foram postos em execução pelo Govêrno. A razão da demora consiste, pois, na ultimação dos estudos e estabelecimento, com os setores governamentais, de conclusões finais.

Pergunta («Fôlha do Norte» — Belém) — É certo que o Govêrno vai financiar a montagem de usina de açúcar na Argentina,

fronteira com o Brasil, quando é certo que há excesso de produção no País?

Resposta — Realmente, uma firma brasileira fabricante de equipamentos para usinas de açúcar deverá fornecer à Argentina uma usina completa de açúcar, contando para tanto com o financiamento governamental. O crédito do Govêrno não significa incentivo à produção de açúcar na Argentina, sôbre a qual não poderemos pretender nenhum contrôle e cujo programa se executaria com importação de outros países se o Brasil não se habilitasse a fornecer o equipamento necessário. Ao contrário, a operação muito honra a indústria nacional de bens de capital e o crédito do Govêrno, necessário para que exportações dêsse gênero se possam concluir, se insere na política oficial de incentivo à diversificação das exportações, favorecendo a conquista de mercados para os produtos manufaturados brasileiros.

Pergunta («Izvestia» — Rússia) — Como se sabe, durante a reunião da comissão mista soviética-brasileira, em Moscou, no mês de dezembro de 1965, foi entregue à delegação brasileira um projeto de protocolo que visa a uma ampliação considerável das relações comerciais entre a URSS e o Brasil nos próximos três anos. Poderia o Senhor Presidente expor a opinião do Govêrno Brasileiro sôbre êsse projeto, que prevê, sobretudo, o aumento das compras de produtos manufaturados brasileiros por parte da União Soviética?

Resposta — Efetivamente, o Govêrno está estudando o projeto de Protocolo, que consubstancia entendimentos levados a efeito desde setembro do ano passado e poderá ser instrumento eficiente para dinamização de intercâmbio comercial entre o Brasil e a URSS, dentro da política do Govêrno brasileiro de ampliar as relações comerciais com todos os países. A intenção soviética de adquirir produtos manufaturados brasileiros, em acréscimo aos produtos tradicionais, constitui um ponto de grande interêsse para a economia brasileira.

Pergunta («Sudeutsche Zeitung» — Alemanha) — Como será possível o cumprimento de um plano econômico e social a longo prazo, que precisa duma continuidade política também de

longo prazo, dentro dum sistema democrático sujeito necessariamente às imponderabilidades da vontade popular?

Resposta — O regime democrático é perfeitamente compatível com o planejamento econômico e social a longo prazo, desde que se entenda êsse planejamento, não como um dirigismo total da economia pelo Estado, mas como uma programação das atividades a cargo do setor público e a criação de estímulos e incentivos para que o setor privado atinja os objetivos visados no plano. A participação, na aprovação do plano, dos órgãos representativos da vontade popular, é uma garantia da continuidade de sua execução. A República Federal da Alemanha é, aliás, um exemplo eloqüente da inteira compatibilidade do regime democrático com uma política econômica coerente, programada a longo prazo, para a consecução de objetivos perfeitamente definidos. Tôdas as democracias planejam a longo prazo, e sempre no pressuposto de que as organizações partidárias a que se filiam os planejadores estão em condições de assegurar-lhes, através do voto, a permanência no poder de quem continue a política adotada.

Pergunta («Jornal do Comércio» — Recife) — Grupos estrangeiros estão insistindo pela compra da única empresa de produção de fosfatos no Brasil, localizada em Pernambuco. Como encara o Governo essa possibilidade? Não estará em jôgo a segurança nacional?

Resposta — Desconhece o Governo a existência de grupos ou empresas estrangeiras interessadas na aquisição da empresa de fosfatos de Pernambuco que, aliás, não é a única do País. Caso seja apresentada qualquer proposta nesse sentido e verificado que, nos termos da legislação em vigor, a transação depende de autorização ou permissão do Poder Público, o assunto será objeto de exame acurado pelos órgãos técnicos competentes, que examinarão os diversos aspectos do negócio, inclusive as implicações com a defesa nacional, caso existam.

Pergunta («Zig-Zag» — Chile) — O Paraguai reivindica o cumprimento do Tratado de 1872. Significa isso que o Brasil considera nulo o dito Tratado, faltando aos compromissos nêle

assumidos, ou simplesmente a solicitação paraguaia não tem sentido ou razão de ser?

Resposta — O Tratado foi cumprido plenamente na demarcação feita entre 1872 e 1874, válida e definitiva. Essa validade, aliás, foi reafirmada ulteriormente pelo Tratado Complementar de 1927 e pelo Protocolo de 1930.

Pergunta («Correio da Manhã» — Rio) — Por que Vossa Excelência estabeleceu o critério de pleitos indiretos para escolha de governadores em 11 Estados depois de ter permitido a eleição direta de governadores em outras 11 Estados em outubro do ano passado, criando um processo híbrido de eleições?

Resposta — A Introdução ao Ato Institucional nº 3 responde muito bem à pergunta. Destaco o argumento lá existente de que, havendo sido estabelecidas eleições indiretas para Presidente da República, o processo adotado no plano federal deve ser, por força de um princípio constitucional, praticado também nos Estados.

Pergunta («Fôlha de São Paulo» — São Paulo) — Como encara o Governo a possibilidade de uma vitória da oposição nas eleições presidenciais dêste ano? E como a receberia?

Resposta — Felizmente a pergunta diz «possibilidade», e não «probabilidade». Se fôr uma vitória da oposição, será preciso aceitá-la. Não acredito, porém, a esta altura da evolução brasileira, admissível a hipótese de vitória, a 3 de outubro próximo, de um candidato contra-revolucionário.

Pergunta («O Globo» — Rio — e Fôlha de São Paulo — São Paulo) — O próximo Presidente da República será eleito a 3 de outubro. Mas a sua posse se dará a 31 de março de 1967. Durante seis meses, portanto, existirão um Presidente eleito e um Presidente em exercício. O fato não poderá prejudicar a atual administração revolucionária?

— Como as eleições presidenciais estão marcadas para 15 de outubro e a posse para 15 de março, não vê Vossa Excelência inconveniente para o País a existência simultânea de dois Presidentes da República um em exercício, outro eleito — durante cinco meses, na fase atual?

Resposta — Não vejo maior inconveniência. Continuarei integralmente no cumprimento da minha missão. A ação e os atos de Poder Executivo não são de fundamental responsabilidade do Presidente em exercício? Serei suficientemente responsável para não governar a quatro mãos e o Presidente eleito será necessariamente respeitador das minhas intransferíveis atribuições.

Pergunta («Jornal do Brasil» — Rio) — Continua Vossa Excelência a considerar no âmbito de seu Governo a tarefa de restaurar a normalidade institucional ou entende que ela deve ser transferida ao seu sucessor?

Resposta — O meu Governo tem também o sentido de aperfeiçoamento das instituições democráticas. Que era o Brasil de 1963? Qual a prática de sua lei maior? Houve uma Revolução cuja causa foi vitoriosa. Os Atos Institucionais que daí emanaram melhoram as instituições e, ao mesmo tempo, estabelecem meios para a defesa das conquistas revolucionárias. O Poder Executivo, com a colaboração do Congresso Nacional, tem ordenado a nossa legislação, inclusive o texto constitucional, sob os pontos de vista econômico, financeiro e social, e a tem praticado. O novo Governo, sem dúvida, prosseguirá na normalização institucional, ou melhor, dar-lhe-á plenitude.

Pergunta («TV-Rio») — Em que hipótese o Governo poderia pensar em devolver ao País o sistema de eleições diretas?

Resposta — O sistema de eleições diretas não foi abandonado. Subsiste nas eleições municipais, assim como para deputados e senadores. Quanto às eleições indiretas estabelecidas para a Presidência da República e Governadores de Estados, o meu Governo não pensa em modificá-las. Nem mesmo poderá fazê-lo o atual Congresso Nacional. É cogitação somente cabível após 15 de março de 1967.

Pergunta («Jornal do Brasil» — Rio) — Afastada a questão da normalidade institucional, uma das metas do movimento anti-subversivo de 31 de março, que objetivos da Revolução de 1964

estarão plenamente atingidos ao termo do mandato de Vossa Excelência?

Resposta — Vejamos, primeiramente, de uma maneira global: compete ao primeiro Governo da Revolução criar as melhores condições possíveis para que o novo Governo, a instalar-se a 15 de março de 1967, possa cuidar plenamente do desenvolvimento do Brasil. Para isso, impõe-se, em fim de mandato: a inflação, contida; retomada, a marcha do desenvolvimento; restabelecido, o crédito no estrangeiro; a ordem pública, mantida; quebrado, o dispositivo comunista; e a administração, conduzida num estilo de seriedade.

Pergunta («Interpress» — Rio) — Haverá novas cassações de mandatos e de direitos políticos?

Resposta — O Ato Institucional nº 2, no que concerne a cassações, está em vigor até 15 de março de 1967. Portanto, na hipótese de ocorrerem as condições estipuladas nesse próprio Ato, será possível que ainda outras cassações sejam determinadas. Os motivos que condicionaram as já decretadas não foram absolutamente contestados. Não se trata de uma arma de perseguição, muito menos de ajustamento de situações políticas, nem destinada a criar um clima de insegurança. Se há indícios de consciência de culpa, não existe, por parte do Governo, a intenção de, inconsideradamente, exercer uma medida que só deve ser executada como recurso extremo e de notória necessidade para defesa da Revolução e da Administração.

Pergunta («Correio da Manhã» — Rio) — Os Generais Amaury Krueel e Justino Alves Bastos, segundo a imprensa tem noticiado freqüentemente, solicitaram a V. Excia. a suspensão do domicílio eleitoral, exigência que os impede de disputar os governos de São Paulo e Rio Grande do Sul. V. Excia. está disposto a abolir a exigência do domicílio eleitoral?

Resposta — Já recolhi a opinião de variados setores da ARENA e do Governo, e muito meditei no fato de o assunto achar-se regulado numa emenda constitucional e modificado pelo Ato Institucional nº 3. Chegamos à conclusão de ser desaconsel-